



Incentivos Fiscais

PSZ CONSULTING | set 2016

Índice

Índice	1
1 – Introdução	3
2 – RFAI	3
2.1 – O Que é?	3
2.2 – Beneficiários	3
2.3 – Condições de Acesso	4
2.4 – Despesas Elegíveis	4
2.5 – Taxas de Apoio	5
2.6 – Limites da Dedução	6
3 – DLRR	6
3.1 – O Que é?	6
3.2 – Beneficiários	6
3.3 – Condições de Acesso	7
3.4 – Despesas Elegíveis	7
3.5 – Taxas de Apoio	7
4 – SIFIDE II	8
4.1 – O Que é?	8
4.2 – Beneficiários	8
4.3 – Condições dos Beneficiários	8
4.4 – Despesas Elegíveis	9
4.5 – Taxas de Apoio	10
4.6 – Candidaturas	10
5 – Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo	10
5.1 – O Que são?	10
5.2 – Condições de Acesso dos Beneficiários	11

5.3 – Condições de Acesso dos Projetos	11
5.4 – Despesas Elegíveis	12
5.5 – Cálculo dos Benefícios Fiscais.....	13
5.6 – Benefícios Fiscais.....	14
5.7 – Limites de Crédito.....	14



1 – Introdução

No âmbito da sua atividade, e durante o decurso da mesma, as empresas podem beneficiar de incentivos fiscais ao investimento nacional.

Estes incentivos, caracterizados na sua generalidade, pela redução ou isenção de pagamentos de impostos, são criados pelo Governo, com vista à promoção da competitividade e do investimento das empresas portuguesas, promovendo o crescimento da economia portuguesa.

O Decreto-Lei 162/2014 veio atualizar o Código Fiscal do Investimento, passando a congregar os instrumentos fiscais mais relevantes em matéria de apoio e promoção ao investimento.

O pacote previsto neste decreto-lei é constituído pelos Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo, pelo regime da Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos, pelo Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, bem como pelo Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarias.

2 – RFAI

2.1 – O Que é?

O **Regime Fiscal de Apoio ao Investimento** é um benefício fiscal, previsto no Decreto-Lei nº 162/2014 de 31 de Outubro, que permite às empresas deduzir à coleta apurada uma percentagem do investimento realizado em ativos não correntes (tangíveis e intangíveis).

2.2 – Beneficiários

São beneficiários do RFAI os sujeitos passivos de IRC que exerçam uma atividade nos seguintes setores:

- Indústria extrativa e indústria transformadora;
- Turismo;
- Atividades e serviços informáticos;

- Atividades agrícolas, aquícolas, piscícolas, agro-pecuárias e florestais;
- Atividades de Investigação & Desenvolvimento e de alta intensidade tecnológica;
- Tecnologias de informação e produção de audiovisual e multimédia;
- Defesa, ambiente, energia e telecomunicações;
- Atividades de centros de serviços partilhados.

2.3 – Condições de Acesso

Podem beneficiar dos incentivos fiscais previstos no presente capítulo os sujeitos passivos de IRC que preencham cumulativamente as seguintes condições:

- Disponham de contabilidade organizada regularmente organizada;
- O seu lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos;
- Mantenham na empresa os bens objeto de investimento:
 - a) Durante um período mínimo de três anos, no caso de PME;
 - b) Durante cinco anos nos restantes casos;
 - c) Quando inferior, durante o respetivo período de mínimo vida útil;
 - d) Até ao período em que se verifique o respetivo abate físico, desmantelamento, abandono ou inutilização;
- Não sejam devedora ao Estado e à segurança social de quaisquer contribuições, impostos ou quotizações, ou tenham o pagamento desses débitos devidamente assegurado;
- Não sejam consideradas empresas em dificuldades nos termos da comunicação da Comissão;
- Efetuem investimento relevante que proporcione a criação de postos de trabalho e a sua manutenção até ao final do período mínimo de manutenção dos bens objeto de investimento.

2.4 – Despesas Elegíveis

Consideram-se aplicações relevantes, e por isso, são despesas elegíveis no âmbito do RFAI, os investimentos nos seguintes ativos, desde que afetos à exploração da empresa:

1. Ativos fixos tangíveis, adquiridos em estado novo, com exceção de:

- Terrenos, salvo no caso de se destinarem à exploração de concessões minerais, águas minerais naturais e de nascente, pedreiras, barreiros e areeiros em investimentos na indústria extrativa;
 - Construção, aquisição, reparação e ampliação de quaisquer edifícios, salvo se forem instalações fabris ou afetos a atividades turísticas, de produção de audiovisual e administrativas;
 - Viaturas ligeiras de passageiros ou mistas;
 - Mobiliário e artigos de conforto ou decoração, salvo equipamento hoteleiro afeto a exploração turística;
 - Equipamentos sociais;
 - Outros bens de investimento que não estejam afetos à exploração da empresa.
2. Ativos intangíveis, constituídos por despesas com transferência de tecnologia, nomeadamente através da aquisição de direitos de patentes, licenças, "know-how" ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente, as quais não podem exceder 50 % das aplicações relevantes, no caso de sujeitos passivos de IRC que não se enquadrem na categoria das micro, pequenas e médias empresas.

2.5 – Taxas de Apoio

Aos sujeitos passivos de IRC são concedidos os seguintes benefícios fiscais:

1. Dedução à coleta de IRC das seguintes importâncias das aplicações relevantes:
 - No caso de investimentos realizados nas regiões Norte, Centro, Alentejo, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, **25%** das aplicações relevantes, para o investimento realizado até ao montante de 5.000.000€, e de **10%** das aplicações relevantes, relativamente à parte excedente;
 - No caso de investimentos nas regiões do Algarve e Grande Lisboa, **10%** das aplicações relevantes.
2. Isenção ou redução de IML, por um período até 10 anos a contar do ano de aquisição ou construção do imóvel, relativamente aos prédios utilizados no âmbito dos investimentos que constituam aplicações relevantes;

3. Isenção ou redução do IMT relativamente às aquisições de prédios que constituam aplicações relevantes;
4. Isenção de Imposto de Selo relativamente às aquisições de prédios que constituam aplicações relevantes.

2.6 – Limites da Dedução

A dedução à coleta deverá respeitar os seguintes limites:

- Até à concorrência do total da coleta de IRC: no caso de investimentos realizados no período de tributação do início de atividade e nos dois períodos de tributação seguintes, exceto quando a empresa resultar de cisão.
- Até à concorrência de 50% da coleta do IRC: nos restantes casos.

3 – DLRR

3.1 – O Que é?

A **dedução por lucros retidos e reinvestidos** constitui um regime de incentivos fiscais ao investimento. Traduz-se numa medida de incentivo às PME que permite a dedução à coleta do IRC dos lucros retidos que sejam reinvestidos, em aplicações relevantes.

3.2 – Beneficiários

Podem beneficiar da DLRR os sujeitos passivos de IRC residentes em território português, bem como os sujeitos passivos não residentes com estabelecimento estável neste território, que exerçam a fíftulo principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

3.3 – Condições de Acesso

Podem beneficiar do presente regime os sujeitos passivos de IRC que preencham cumulativamente as seguintes condições:

- Sejam micro, pequenas e médias empresas;
- Disponham de contabilidade organizada;
- O seu lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos;
- Tenham a situação fiscal e contributiva regularizada.

3.4 – Despesas Elegíveis

Consideram-se aplicações relevantes, e por isso são despesas elegíveis no âmbito do presente apoio, os ativos fixos tangíveis adquiridos em estado novo, com exceção de:

- Terrenos, salvo no caso de se destinarem à exploração de concessões mineiras, águas minerais naturais e de nascente, pedreiras, barreiros e areeiros em projetos de indústria extrativa;
- Construção, aquisição, reparação e ampliação de quaisquer edifícios, salvo quando afetos a atividades produtivas ou administrativas;
- Viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, barcos de recreio e aeronaves de turismo;
- Artigos de conforto ou decoração, salvo equipamentos hoteleiros afetos à exploração turística;
- Ativos afetos a atividades no âmbito de acordos de concessão ou de parceria público-privada celebrados com entidades do setor público.

3.5 – Taxas de Apoio

Os beneficiários do presente regime poderão deduzir à coleta, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014, até **10%** dos lucros retidos que sejam reinvestidos, no prazo de dois anos contado a partir do final do período de tributação a que correspondem os lucros retidos.

Esta dedução é efetuada até à concorrência de 25% da coleta do IRC.

O montante máximo dos lucros retidos e reinvestidos, em cada período de tributação, é de 5.000.000€, por sujeito passivo.

4 – SIFIDE II

4.1 – O Que é?

A Lei do Orçamento do Estado para 2011 – Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, alterado posteriormente pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, veio instaurar o SIFIDE II, que veio substituir o SIFIDE, com o objetivo de continuar a aumentar a competitividade das empresas, apoiando os seus esforços em I&D.

O Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarias II, a vigorar no período de 2013 a 2020, visa apoiar as atividades de Investigação e de Desenvolvimento, relacionadas com a criação ou melhoria de um produto, de um processo, de um programa ou de um equipamento, que apresentem uma melhoria substancial e que não resultem apenas de uma simples utilização do estado atual das técnicas existentes.

No âmbito deste incentivo consideram-se:

Despesas de investigação, as realizadas pelo sujeito passivo de IRC com vista à aquisição de novos conhecimentos científicos ou técnicos;

Despesas de desenvolvimento, as realizadas pelo sujeito passivo de IRC através da exploração de resultados de trabalhos de investigação ou de outros conhecimentos científicos ou técnicos com vista à descoberta ou melhoria substancial de matérias-primas, produtos, serviços ou processos de fabrico.

4.2 – Beneficiários

São beneficiários do presente sistema de incentivos os sujeitos passivos de IRC residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza agrícola, industrial, comercial e de serviços e os não residentes com estabelecimento estável nesse território, que tenham despesas com investigação e desenvolvimento (I&D).

4.3 – Condições dos Beneficiários

Os beneficiários que pretendam candidatar-se ao presente sistema de incentivos, devem cumprir os seguintes requisitos:

- Ter despesas de I&D não compartilhadas a fundo perdido;
- O seu lucro tributável não ser determinado por métodos indiretos;
- Não sejam devedores ao Estado e à Segurança Social de quaisquer impostos ou contribuições ou tenham o pagamento devidamente assegurado.

4.4 – Despesas Elegíveis

São elegíveis no âmbito do presente sistema de incentivos as seguintes despesas:

- Aquisições de ativos fixos tangíveis, à exceção de edifícios e terrenos, desde que criados ou adquiridos em estado novo e diretamente afetos à realização de atividades de I&D;
- Despesas com pessoal, com habilitações literárias mínimas do nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações, diretamente envolvido em tarefas de I&D;
- Despesas com a participação de dirigentes e quadros na gestão de instituições de I&D;
- Despesas de funcionamento, até ao máximo de 55% das despesas com o pessoal com habilitações literárias mínimas do nível 4 do QNQ, diretamente envolvido em tarefas de I&D, contabilizadas a título de remunerações, ordenados ou salários, respeitantes ao exercício;
- Despesas relativas à contratação de atividades de I&D junto de entidades públicas ou beneficiárias do estatuto de utilidade pública ou de entidades cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida por despacho conjunto dos Ministros da Economia e da Inovação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Participação no capital de instituições de I&D e contributos para fundos de investimentos, públicos ou privados, destinados a financiar empresas dedicadas sobretudo a I&D;
- Custos com registo e manutenção de patentes;
- Despesas com a aquisição de patentes que sejam predominantemente destinadas à realização de atividades de I&D; (Só PME)
- Despesas com auditorias à I&D;
- Despesas com ações de demonstração que decorram de projetos de I&D apoiados.

As despesas com pessoal com habilitações literárias mínimas do nível 8 do QNQ são consideradas em 120% do seu quantitativo.

4.5 – Taxas de Apoio

Os beneficiários deste sistema de incentivos beneficiam de um apoio que lhes permite recuperar até 82,5% do Investimento em I&D, na parte que não tenha sido objeto de comparticipação financeira do Estado a fundo perdido, realizadas nos períodos de tributação de 1 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as seguintes taxas:

- Taxa Base: Dedução fiscal aplicável à despesa total em I&D no ano corrente – **32,5%**;
- Taxa Incremental: **50%** do aumento da despesa face à média dos dois anos anteriores (máximo de 1.5M€)

Para os sujeitos passivos de IRC que sejam PME, que ainda não completaram dois exercícios e não beneficiaram da Taxa Incremental, aplica-se uma majoração de **15%** à Taxa Base (47,5%).

4.6 - Candidaturas

O período para apresentação de candidaturas ao SIFIDE II decorre até julho do ano seguinte ao do exercício em causa.

5 - Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo

5.1 – O Que são?

Regime de benefícios fiscais, em regime contratual, com um período de vigência até 10 anos contados da conclusão do projeto de investimento, aos projetos de investimento cujas aplicações relevantes sejam de montante igual ou superior a 3.000.000€.

Os projetos de investimento devem ter o seu objeto compreendido nas seguintes atividades económicas:

- Indústria extrativa e indústria transformadora;
- Turismo;
- Atividades agrícolas, aquícolas, piscícolas, agropecuárias e florestais;
- Atividades e serviços informáticos;

- Atividades de I&D e de alta intensidade tecnológica;
- Tecnologias de informação e produção audiovisual e multimédia;
- Defesa, ambiente, energia e telecomunicações;
- Atividades de centros de serviços partilhados.

5.2 – Condições de Acesso dos Beneficiários

São elegíveis os promotores dos projetos de investimento que cumpram as seguintes condições:

- Possuírem capacidade técnica e de gestão;
- Demonstrarem uma situação financeira equilibrada com um rácio de autonomia financeira igual ou superior a 20%;
- Disporem de contabilidade regularmente organizada;
- O seu lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos;
- Financiarem o projeto com recursos próprios ou mediante financiamento externo correspondente a, pelo menos, 25% dos custos elegíveis;
- Apresentarem a situação fiscal e contributiva regularizada;
- Não estarem sujeitos a uma injunção de recuperação na sequência de uma decisão Comissão que declare um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno.

5.3 – Condições de Acesso dos Projetos

São elegíveis os projetos de investimento inicial, cuja realização não se tenha iniciado antes da candidatura, que demonstrem ter viabilidade técnica, económica e financeira, proporcionem a criação ou manutenção de postos de trabalho e que preencham, pelo menos, uma das seguintes posições:

- Sejam relevantes para o desenvolvimento estratégico da economia nacional;
- Sejam relevantes para a redução das assimetrias regionais;
- Contribuam para impulsionar a inovação tecnológica e a investigação científica nacional, para a melhoria do ambiente ou para o reforço da competitividade e da eficiência produtiva.

5.4 – Despesas Elegíveis

São aplicações relevantes, para efeitos de cálculo dos benefícios fiscais, as despesas associadas aos projetos de investimento relativas a Ativos fixos tangíveis, à exceção de:

- Terrenos que não se incluam em projetos do sector da indústria extrativa, destinados à exploração de concessões minerais, águas de mesa e medicinais, pedreiras, barreiras e areeiros;
- Edifícios e outras construções não diretamente ligados ao processo produtivo ou às atividades administrativas essenciais;
- Viaturas ligeiras ou mistas;
- Outro material de transporte no valor que ultrapasse 20 % do total das aplicações relevantes;
- Mobiliário e artigos de conforto ou decoração, salvo equipamento hoteleiro afeto a exploração turística;
- Equipamentos sociais;
- Outros bens de investimento, que não sejam afetos à exploração da empresa, salvo equipamentos produtivos destinados à utilização, para fins económicos, dos resíduos resultantes do processo de transformação produtiva ou de consumo em Portugal, desde que de reconhecido interesse industrial e ambiental;
- Equipamentos usados e investimento de substituição.

Também são relevantes os Ativos intangíveis, constituídos por despesas com transferência de tecnologia, nomeadamente através da aquisição de direitos de patentes, licenças, «know-how» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente, as quais não podem exceder 50 % das aplicações relevantes, no caso de sujeitos passivos de IRC que não se enquadrem na categoria das micro, pequenas e médias empresas.

São ainda elegíveis, desde que realizados há menos de um ano antes da data de candidatura a benefícios fiscais:

- Os adiantamentos relacionados com o projeto, até ao valor de 50 % do custo de cada aquisição;
- As despesas relativas aos estudos diretamente relacionados com o projeto de investimento, contabilizadas como ativos intangíveis.

5.5 – Cálculo dos Benefícios Fiscais

Taxa Base	Majorações Cumulativas	
10%	Até 10%	<p>Em função do índice per capita de poder de compra da região em que se localize o projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6%, caso o projeto se localize numa região NUTS 2 que não apresente um índice per capita de poder de compra superior a 90% da média nacional nos dois últimos apuramentos anuais; ou; • 8%, caso o projeto se localize numa região NUTS 3 que não apresente um índice per capita de poder de compra superior a 90% da média nacional nos dois últimos apuramentos anuais; • 10%, caso o projeto se localize num concelho que não apresente um índice per capita de poder de compra superior a 80% da média nacional nos dois últimos apuramentos anuais.
	Até 8%	<p>Caso o projeto proporcione a criação de postos de trabalho ou a sua manutenção até ao final da vigência do contrato de acordo com os seguintes escalões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1% ≥ 50 postos de trabalho; • 2% ≥ 100 postos de trabalho; • 3% ≥ 150 postos de trabalho; • 4% ≥ 200 postos de trabalho; • 5% ≥ 250 postos de trabalho; • 6% ≥ 300 postos de trabalho; • 7% ≥ 400 postos de trabalho; • 8% ≥ 500 postos de trabalho.
	Até 6%	<p>Caso o projeto contribua para o desenvolvimento da economia nacional, para a redução das assimetrias regionais, e para impulsionar a inovação tecnológica e a investigação científica nacional, para a melhoria do ambiente ou para o reforço da competitividade e da eficiência produtiva.</p>
	<p>No caso de ao projeto ser reconhecida relevância excecional para a economia nacional, pode ser atribuída, através de resolução do Conselho de Ministros, uma majoração até 5%, cumprindo o limite de 25% das aplicações relevantes.</p>	

5.6 – Benefícios Fiscais

Aos projetos de investimento podem ser concedidos, cumulativamente, os seguintes benefícios fiscais:

- Crédito de imposto, determinado com base na aplicação de uma percentagem, compreendida entre 10% e 25% das aplicações relevantes do projeto de investimento efetivamente realizadas, a deduzir ao montante da coleta do IRC;
- Isenção ou redução de IML, durante a vigência do contrato, relativamente aos prédios utilizados no âmbito do projeto de investimento;
- Isenção ou redução de IMT, relativamente às aquisições de prédios incluídas no plano de investimento e realizadas durante o período de investimento;
- Isenção de Imposto de Selo, relativamente a todos os atos ou contratos necessários à realização do projeto de investimento.

5.7 – Limites de Crédito

O crédito de imposto previsto tem os seguintes limites:

- No caso de criação de empresas, a dedução anual pode corresponder ao total da coleta apurada em cada período de tributação;
- No caso de projetos em sociedades já existentes, a dedução máxima anual não pode exceder o maior valor entre 25% do total do benefício fiscal concedido ou 50% da coleta apurada em cada período de tributação.

Nota: Este documento foi elaborado com base no Decreto-Lei n.º 162/2014 de 31 de outubro.



www.psz.pt

MORADA

Rua de Ferronho nº 277 - 1º F
S. Pedro de Avioso
4475-703 MAIA
Portugal

CONTACTOS

Tlf. +351 229 864 070
Tlm. +351 931 178 697
E-mail. geral@pszconsulting.com



www.psz.pt